



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2017.

Nº. 8/2017

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores.

Faltaram os Srs. Vereadores António João Colaço e Carlos Alberto Camacho Pereira, tendo a falta do primeiro Vereador sido justificada em virtude do mesmo se encontrar no gozo de férias.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,40 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Informou o Sr. Presidente da Câmara que havia solicitado uma reunião com carácter de urgência, junto do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, no sentido de clarificar o impasse que se está a verificar na implementação das medidas acordadas na reunião realizada no dia 23 de Agosto de 2016, relativamente ao reforço de mais 10 camas subsidiadas a acrescer às existentes na Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Média Duração e Reabilitação de Casével, a partir de Janeiro de 2017, e que até à presente data não se concretizou.

A seguir, o Sr. Presidente, face à nota de imprensa do Partido Socialista publicada a 7 de Abril de 2017 com o título: **“Obras na Escola Secundária de Castro Verde - PS DEFENDE QUE A CÂMARA ACEITE PROPOSTA DO GOVERNO”**, colocou ao Sr. Vereador António José Brito as seguintes questões, que em seu entender se impõem agradecendo antecipadamente que as respostas sejam breves e objetivas:

Informou que as colocava aqui e agora, porque pensa que, contrariamente ao que se passou – os vereadores do PS nunca trouxeram este assunto e sobretudo nestes termos a qualquer reunião de Câmara, porque estas matérias devem primeiro ser abordadas e discutidas nos fóruns próprios, por exemplo nas sessões de Câmara ou Assembleia Municipais e só depois remetidos para os órgãos de comunicação social.

- a) Tem o senhor vereador conhecimento que obras são necessárias para requalificação das atuais instalações da Escola Secundária de Castro Verde?
- *O Sr. Vereador António José Brito, afirmou que são as obras que fazem falta, nomeadamente no bloco central e no bloco de aulas.*
- b) Tem o senhor vereador conhecimento da estimativa de custo das referidas obras?
- *Informou que não tem em detalhe esse valor porque desconhecia em concreto quais as obras necessárias, mas adiante referiu que tinha informação que este valor era ligeiramente superior à verba disponível.*
- c) Tem o senhor vereador conhecimento do conteúdo do “Pacto para a Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo” subscrito em 31/07/2016, e em particular dos pressupostos para a Prioridade 10.05?
- *Informou o mesmo Vereador que não tinha conhecimento em pormenor.*
- d) Tem o senhor vereador conhecimento da minuta de “Acordo de Colaboração para a Modernização das Instalações da Escola (...)” que foi remetida em 07/02/2017 à CIMBAL pelo Presidente da Comissão Diretiva do Alentejo 2020?
(para seu esclarecimento e ao contrário do que afirma, o Ministério da Educação nunca apresentou nenhuma proposta à Câmara Municipal de Castro Verde, nem, como é óbvio, lhe solicitou qualquer pronunciamento).
- *Tem um conhecimento genérico através das informações veiculadas pelo senhor Deputado Pedro do Carmo, aquando da sua visita à Escola Secundária.*
- e) Tem o senhor vereador conhecimento do investimento alocado a Castro Verde, inscrito no quadro que acompanhou a acima referida minuta e que tinha por título: “Proposta alternativa para afetação do montante disponível para investimentos em escolas do 2º e 3º ciclo do ensino básico e secundárias no POR ALENTEJO 2020 (PI 10.05)”?
(presume-se que seja uma proposta elaborada pela Comissão Diretiva do Alentejo 2020, em alternativa a uma outra, também consignada neste quadro, da responsabilidade do Ministério da Educação)
- *Informou que não tem essa informação.*
- f) Tem o senhor vereador conhecimento das diligências tomadas pelo Município de Castro Verde, face ao sucessivo adiar dos serviços do Ministério da Educação na apresentação de candidaturas ao POR Alentejo, muito antes desta “proposta” aparecer publicamente?
- *Informou que tem conhecimento do que o Sr. Presidente da Câmara tornou público.*
- g) Tem o senhor vereador conhecimento dos contactos estabelecidos entre a Câmara Municipal de Castro Verde, o Ministério da Educação, a Comissão Diretiva do Alentejo 2020 e a CIMBAL ou os Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal?
- *Informou que tem conhecimento do que o Sr. Presidente da Câmara tornou público.*
- h) Tem o senhor vereador conhecimento da reunião do senhor presidente da Câmara Municipal de Castro Verde com o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, realizada no dia 28 de Março de 2017?
- *Informou que teve conhecimento da realização da mesma mas não sabe do teor das matérias abordadas.*

- i) Costuma o senhor vereador aceitar propostas, venham elas de onde vierem, sem as ponderar devidamente e estudar as implicações diretas ou indiretas (financeiras, mas não só) que elas possam implicar?

(No quadro da CIMBAL apenas dois municípios estão enquadrados nesta problemática: Castro Verde e Serpa)

- *Informou que costuma estudar as propostas que lhe são apresentadas.*

- j) Será que o senhor vereador está a afirmar que a Câmara Municipal de Serpa aceitou a supra mencionada “proposta”, quando escreve na Nota de Imprensa: “...a gestão da CDU na Câmara de Castro Verde (ao contrário do que sucedeu noutros concelhos) tem retardado esta solução”?

- *Informou que o objetivo era incentivar a Câmara Municipal acolher a proposta do governo.*

Face ao teor das respostas dadas o senhor Presidente concluiu que a intenção da Nota de Imprensa do PS era única e exclusivamente a manipulação da opinião pública, numa matéria sensível para os castrenses e cuja resolução urgente se impõe e é reconhecida e exigida por todos.

Afirmou que a manipulação da opinião pública é aliás, uma norma que preside sistematicamente à atuação política do senhor vereador. Propostas concretas e construtivas, mais uma vez nenhuma! Mas, para além da demagogia da “exigência/repto” lançado, ela é também reveladora do desconhecimento, da leviandade e do imprevisto com que “a coisa pública” poderia, um dia, ser gerida.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e nominalmente.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre “Portugal 2020 – Avisos para apresentação de candidaturas no âmbito da eficiência energética nas infraestruturas públicas da Administração Local.
- Emails do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento do seguinte:
 - dos seus Projetos de Resolução que “Recomenda ao Governo a assunção de compromissos com a calendarização da construção e qualificação da rede viária do distrito de Beja, em função das necessidades das populações e dos agentes económicos da região” e defende a valorização da linha ferroviária do Alentejo e a promoção da mobilidade no distrito de Beja”.

- do seu Projeto de Lei sobre “Alargamento dos beneficiários e dos apoios do Programa Porta 65 Jovem – terceira alteração ao Dec. Lei nº. 308/2007, de 3 de setembro, que cria e regula o programa de apoio financeiro Porta 65 – Arrendamento por Jovens.”
- do seu Projeto de Resolução “Pela eliminação do sobrecusto do investimento nas redes de energia e pelo controlo público da central de despacho da REN”.

- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” sobre o seu Projeto de Lei “Desmaterialização de manuais e de outros materiais escolares”.
- Nota de Imprensa “Ainda sobre o preço da água no perímetro de rega do Alqueva”, da Federação das Associações de Agricultura do Baixo Alentejo.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período compreendido entre o dia 1 de Janeiro a 31 de Março de 2017, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2016	613.533,64 €
Receitas cobradas	2.084.765,19 €
Soma	2.698.298,83 €
Despesas realizadas	2.157.085,31 €
Saldo em 31.03.2017	541.213,52 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2016	222.188,32 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	156.630,08 €
Soma	378.818,40 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	160.544,09 €
Saldo em 31.03.2017	218.274,31 €

- Disponibilidades:

Caixa	24.980,48 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	732.007,35 €
Total das disponibilidades em 31.03.17	759.487,83 €
Documentos	20.034,20 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.03.2017	779.522,03 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Março de 2017: 303.772,90 €.

2. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o ato da decisão que tomou relativamente à licença especial de ruído que concedeu, nos termos do art.º 15º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei nº. 9/2007, de 17 de Janeiro, com as alterações introduzidas, a Marco Gabriel Graça Constantino, para a realização de música ao vivo no Café Pastelaria 7ª. Arte, sito na Rua Fialho de Almeida, em Castro Verde, das 22 às 2 horas, no período de 31 de Março a 29 de Abril, em cada dia que pretenda realizar o evento.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, ratificar o ato de decisão em causa relativamente à concessão da referida licença especial de ruído.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras e loteamentos municipais:

1.- Concurso público da “Empreitada de execução do alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização da EM 508 entre Castro Verde e Santa Bárbara de Padrões:

Apreciou a Câmara o relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso público da empreitada em título, elaborado pelo respetivo júri, no qual, em face das decisões tomadas relativamente às propostas apresentadas, propõe a adjudicação da “Empreitada de execução do alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização da EM 508 entre Castro Verde e Santa Bárbara de Padrões, ao concorrente classificado em 1º. lugar, a empresa Construções J.J.R. & Filhos, SA, pela quantia proposta de 747.491,80 €, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente adjudicar a execução dos trabalhos em causa à empresa Construções J.J.R. & Filhos, SA, pela quantia proposta de 747.491,80 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto pelo Júri do respetivo concurso público.

2.- Concurso público da “Empreitada de execução do alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização do CM 1139 entre Santa Bárbara de Padrões e A-do-Neves:

Apreciou a Câmara o relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso público da empreitada em título, elaborado pelo respetivo júri, no qual, em face das decisões tomadas relativamente às propostas apresentadas, propõe a adjudicação da “Empreitada de execução do alargamento, pavimentação, drenagem e sinalização do CM 1139 entre Santa Bárbara de Padrões, e A-do-Neves, ao concorrente classificado em 1º. lugar, a empresa Construções J.J.R. & Filhos, SA, pela quantia proposta de 547.337,81 €, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente adjudicar a execução dos trabalhos em causa à empresa Construções J.J.R. & Filhos, SA, pela quantia proposta de 547.337,81 €, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, conforme proposto pelo Júri do respetivo concurso público.

3. - Empreitada de construção do Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios de Castro Verde - Informação sobre erros e omissões apresentados por concorrente:

Apreciou a Câmara a seguinte informação prestada pelo Júri do Concurso Público da empreitada em título, sobre a qual o Sr. Presidente proferiu despacho favorável e submete a ratificação do executivo:

“No decorrer do Concurso Público relativo à empreitada supracitada (GPGC/CP/02/2017), foi apresentado pelo concorrente CONSDEP - Engenharia e Construção SA, uma lista de erros e omissões, ao abrigo do disposto no n.º.1 do art.º 61.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 19 de janeiro, na sua atual redação e que se apresenta em anexo.

Relativamente à lista de erros e omissões do concorrente, uma vez reportada aos projetistas, verifica-se que a resposta (apresentada em anexo), considera improcedentes quer os erros quer as omissões reclamadas pelo concorrente, apontando à sua rejeição.

Face ao exposto, serve a presente informação para obter por parte da entidade competente para a decisão de contratar, autorização para:

- a) Não aceitar a lista de erros e omissões apresentada pelo concorrente;
- b) Reiniciar a contagem dos prazos, atualmente suspensa por força do estabelecido no n.º.3 do artigo 61.º do CCP, ficando estabelecido o prazo para a apresentação das propostas até às 17,00 horas do dia 10 de Abril e consequentemente a abertura das propostas para as 10 horas do dia útil seguinte à entrega - 11 de Abril.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente, não aceitando a lista de erros e omissões apresentada pelo concorrente e reiniciar a contagem dos prazos, suspensa por força do estabelecido no n.º.3 do artigo 61.º do CCP, ficando estabelecido o prazo para a apresentação das propostas até às 17,00 horas do dia 10 de Abril e consequentemente a abertura das propostas para as 10 horas do dia útil seguinte à entrega – 11 de Abril.

4. - Empreitada de construção do prolongamento da R. Joaquim Agostinho, em Castro Verde: – Informação sobre erros e omissões apresentados por concorrentes:

Apreciou a Câmara a seguinte informação prestada pelo Júri do Concurso Público da empreitada em título, sobre a qual o Sr. Presidente proferiu despacho favorável e submete a ratificação do executivo:

“No decorrer do Concurso Público relativo à empreitada supracitada (GPGC/CP/02/2017), foi apresentado pelos concorrentes TECNOVIA – Sociedade de Empreitadas SA e CONSDEP - Engenharia e Construção SA, uma lista de erros e omissões, ao abrigo do disposto no n.º.1 do art.º 61.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 18/2008, de 19 de janeiro, na sua atual redação e que se apresenta em anexo.

Relativamente às listas de erros e omissões dos concorrentes, uma vez analisadas pelos serviços técnicos do município, verifica-se que não haverá lugar, à sua aceitação. Nesta resposta, importa só esclarecer, três situações levantadas por um dos concorrentes:

- As lajetas de betão têm as seguintes dimensões: 60x40x5
- As marcas rodoviárias têm 0,12 m de largura.
- Há efetivamente uma troca nas quantidades de sinais, quadrangulares e octogonais, mas atendendo às quantidades em causa, e ao número total de sinais estar correto, não se vê necessidade de maior correção, o que originaria um atraso desnecessário e inconveniente para a finalização do processo de contratação.

Face ao exposto, serve a presente informação para obter por parte da entidade competente para a decisão de contratar, autorização para:

- a) Não aceitar a lista de erros e omissões apresentada pelos concorrentes;
- b) Reiniciar a contagem dos prazos, atualmente suspensa por força do estabelecido no n.º.3 do artigo 61º do CCP, ficando estabelecido o prazo para a apresentação das propostas até às 17,30 horas do dia 3 de Abril e consequentemente a abertura das propostas para as 10 horas do dia útil seguinte à entrega - 4 de Abril.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente, não aceitando a lista de erros e omissões apresentada pelo concorrente e reiniciar a contagem dos prazos, suspensa por força do estabelecido no n.º.3 do artigo 61º. do CCP, ficando estabelecido o prazo para a apresentação das propostas até às 17,30 horas do dia 3 de Abril e consequentemente a abertura das propostas para as 10 horas do dia útil seguinte à entrega – 4 de Abril.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Concessão de subsídio ao Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja:

Submeteu o Sr. Presidente a ratificação da Câmara o despacho de decisão que tomou relativamente à atribuição de um subsídio no valor de 10.000 € para fazer face a despesas com a realização da 13ª. edição do Festival Terras Sem Sombra (2017), cujo programa, em Castro Verde, realizado no passado dia 8 e 9 do corrente mês, incluiu a audição da ópera, em versão de concerto, “O Castelo do Barba Azul”, de Béla Bartók, na Basílica Real de Castro Verde, representada pela Academia Franz Liszt, de Budapeste, a visita ao centro histórico e à realização de iniciativas na descoberta das tradicionais ancestrais do ciclo da lã, intituladas “Memórias Vivas da Pastorícia e da Transumância – O Ciclo da Lã no Campo Branco”, promovida com o apoio desta Câmara Municipal e a Associação de Agricultores do Campo Branco, em colaboração com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

A Câmara deliberou por unanimidade e nominalmente ratificar o despacho proferido pelo Sr. Presidente relativamente à atribuição do subsídio ao Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja para os efeitos acima referidos.

2. - Concessão e renovação de cartões sociais:

Conforme informação e documentação da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartões sociais a Colaça Afonso Fernandes Pereira, residente em Entradas e a Joaquim José Camacho Lourenço, residente em São Marcos da Ataboeira, ambos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de José Manuel Guerreiro, residente em Castro Verde e de Henrique Batista Prazeres, residente em Casével, ambos no escalão A.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,40 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.